Configurações, vol. 11, 2013, pp. 175-188

A importância do tempo no desenvolvimento: esboço de uma problemática

Emília Araújo[*]
Arcília Barreto[**]

Resumo: Este texto é exploratório. Tem como objetivo problematizar a relação entre tempo cultural e desenvolvimento, incidindo sobre a correspondência entre tempo capitalista e tempo económico. Constitui uma reflexão realizada a partir dos resultados de investigações desenvolvidas pelas autoras, assim como da revisão da literatura sobre ambas as temáticas. De um modo global, tem em conta os processos de hegemonização das temporalidades globais e suas implicações nos modos de vida e nas temporalidades locais e regionais.

Palavras-chave: tempo capitalista, temporalidade, tempo cultural, desenvolvimento.

Introdução

As temporalidades das sociedades modernas são contraditórias e complexas. Expressam uma grande diversidade de escalas e enraízam-se numa vasta multiplicidade de valorizações. No mundo ocidental, caminha-se a largos passos no sentido do capitalismo financeiro. O tempo é um dos objetos centrais transacionados sob a forma de futuro, (in)certeza, (in)segurança e risco. Paralelamente, estendem-se a várias áreas do globo paradigmas de desenvolvimento marcados por constantes conflitos com o tempo cultural. Nesta linha de análise, o presente texto tem como objetivo problematizar a forma como as representações do tempo nos múltiplos níveis de ação dos sistemas políticos afetam as práticas de intervenção e de planeamento político, tendo influência, por seu turno, sobre as condições de vida das populações e a sustentabilidade dos seus futuros.

"Que no futuro haja Homem e exista terra" (Jonas, 2006: 351). Esta é uma frase que tomamos como fulcral na obra de Jonas, autor que pensa a história como uma ação de necessário exercício de responsabilidade, a qual tem manifestação

[*] Universidade do Minho, professora auxiliar (era@ics.uminho.pt).
[**] Universidade Técnica de Lisboa, Doutoranda (arcibarr@yahoo.com).

configurações 11 novo.indb 175 10-01-2014 11:25:01

concreta sobre todas as ações de tipo político que afetam o estado de ordenamento dos tempos naturais, sociais e psicológicos. As sociedades modernas habituaram-se a pensar o futuro em termos tecnológicos, num plano de intensa e progressiva substituição do humano pela técnica e de aumento gradual de simulação dos ambientes e *habitats* com recurso a tecnologias cada vez mais sofisticadas. Há, todavia, condições para se pensar na criação de condições de sustentabilidade, em linha com os desígnios dos processos de desenvolvimento que acolhem as temporalidades e os tempos naturais e culturais como componente intrínseca dos tempos sociais e económicos. Para isso, é necessário algum exercício de distanciamento, por um lado, das temporalidades regionais e locais, face aos ritmos globais e, por outro, de revitalização e de recriação dos ritmos temporais naturais e culturais de nível regional como elementos dos contextos socioculturais, com potencial na criação da narrativa identitária dos locais e das suas populações.

Com efeito, o tempo e a temporalidade constituem elementos fulcrais na análise dos processos e das políticas de desenvolvimento, desde logo porque sinalizam uma das principais dimensões desse desenvolvimento: a mudança social. Tal como afirma Giddens (1995) e Adam (1990), o tempo não se identifica com a mudança em si mesma. Mas contém-na, envolve-a e, de certo modo, mede-a. As abordagens práticas do desenvolvimento estão ainda muito identificadas com a necessidade de sofisticação do tempo económico de carácter capitalista, isto é, do tempo-mercadoria, coincidindo ainda com a supremacia conferida ao tempo-progresso e com a prevalência do tempo-futuro. Neste texto, pretendemos, assim, explicar o que significa esse tempo capitalista e que modos se encontram de perspetivar uma abordagem ao tempo económico fora desse mapa do tempo-unidade produtiva e ainda que potencialidade esse projeto pode representar para a construção dos modelos de organização da vida, a nível local e regional. A fim de atingir estes objetivos, procurou-se refletir sobre os resultados da investigação realizada pelas autoras. Teve-se ainda em conta as conclusões apresentadas pelos autores sociólogos, antropólogos e geógrafos que analisaram os efeitos das temporalidades globais sobre os modos de vida e as temporalidades locais, assim como acerca do modo como estas agem e reagem face à hegemonia temporal criada pelos países e pelas regiões com mais centralidade na adaptação de modelos desenvolvimentistas.

Numa primeira parte centramo-nos, portanto, sobre o conceito de desenvolvimento e as suas principais dimensões de tempo e temporalidade. Na segunda discutimos quais os principais focos de tensão entre os pressupostos das abordagens sobre o desenvolvimento e os tempos culturais e naturais. O terceiro ponto é dedicado à observação das principais implicações da teoria do tempo e das temporalidades sobre os planos de desenvolvimento, destacando a necessidade de interligação entre tais práticas e uma sociologia do futuro, integrando as dimensões do tempo e dos ritmos culturais inscritos nas narrativas e nos modos de organização socioeconómica das populações.

1. Desenvolvimento

As teorias de desenvolvimento vêm seguindo a evolução das lutas da Humanidade no que concerne às formas e estratégias de domínio e de poder. De certa forma, apesar da existência de diversas perspetivas sobre os processos de desenvolvimento e o que estes podem enunciar em termos de mudança social, o progresso que marca a história das sociedades ao longo dos dois últimos séculos alimenta-se de diversas formas de cooptação por parte das populações. Tal como afirma. Rodrik (2000): "... a economia de mercado está necessariamente 'implantada' num conjunto de instituições que não são instituições de mercado." Até a década de noventa do século anterior dominou o pensamento neoliberal, defensor de uma teoria de oposição às intervenções do Estado nas atividades dos mercados. A total liberalização dos mercados como a única via capaz de levar os países subdesenvolvidos ao desenvolvimento impunha-se a qualquer outra realidade, mesmo que esta fosse marcada pela ausência de mercado. O mesmo se aplica no plano das relações entre regiões, no interior do mesmo país.

O fim da Guerra Fria veio facilitar a desmistificação dos casos rotulados de "comunistas" ou "socialistas", apenas porque se tratava de áreas em que a intervenção estatal era dominante. Mas a politização do debate em torno do significado da intervenção do Estado acabou por ser bastante prejudicial à análise clara dos modos de relacionamento entre modelos de desenvolvimento, identidades e sustentabilidade. Com efeito, as instituições do Estado e do mercado respondem a lógicas de tempo diferentes, embora não necessariamente opostas. As experiências de sucesso dos processos dos países da Ásia Oriental, como as do Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Indonésia, Singapura, Malásia e Tailândia foram conseguidas através de modelos de Estado desenvolvimentista e contribuíram para que o debate sobre os processos e as fundamentações ideológicas dos paradigmas de desenvolvimento não se fixassem apenas na verificação do grau de liberalização dos mercados. É relevante citar Rodrik, autor que vem considerando haver mais condições para perspetivar o desenvolvimento na ótica dos "novos" institucionalistas. No seu entendimento, a experiência histórica de alguns países fornece essa evidência:

> O desastre na Rússia com a reforma dos preços e privatização na ausência de leis enquadradoras, regulamentos e estrutura política; a persistente insatisfação com as reformas de mercado na América-Latina e a crescente consciência de que estas reformas deram muito pouca atenção aos mecanismos de segurança social e prevenção; a crise financeira dos países asiáticos, que mostrou que deixar que a liberalização financeira se faça antes da regulação financeira é um convite ao desastre. (Rodrik, 2000: 4)

Os novos institucionalistas, nomeados por Estêvão (2004) como "estruturalistas institucionalistas", combinam conceitos do 'velho' estruturalismo com as novas contribuições da renovação institucionalista. Procuram enriquecer as

teorias de desenvolvimento, trazendo-as para uma abordagem mais abrangente. Principalmente, estas abordagens conferem uma importância elevada aos elementos de ordem cultural, argumentando que os processos de desenvolvimento são processos socioculturais, através dos quais o contacto cultural desempenha um papel relevante na geração de mudança social. Afirma Gruchy que:

> Estando incrustado num processo social maior, o sistema económico interage com outros sectores do sistema cultural da sociedade de tal forma que uma explicação completa do problema económico requer referência aos sectores não económicos da sociedade. (Gruchy , 1987: 4-7)

Hugon argumenta também que "a questão" económica é basicamente "a questão" da diversidade de ritmos, de escalas e de compatibilidades e que hoje as sociedades têm de se adaptar aos cataclismos, conseguir adaptações rápidas e responder a mudanças abruptas, como as demográficas e as que se relacionam com as migrações. Sob esta via de análise, afirmaríamos que a acumulação da riqueza ou o empobrecimento, no processo económico, dependerão, assim, não só das estruturas produtivas, como também das estruturas sociais e culturais das organizações, que interagem no interior de cada sistema. Argumenta-se, ainda, que poderá haver situações concretas, em que o maior condicionalismo ao processo de desenvolvimento não resida, diretamente, nas estruturas produtivas ou económicas, mas sim, nos campos sociais e culturais que com elas se relacionam. O desenvolvimento define, assim, um processo profundamente temporal em cuja génese está a coexistência entre vários tempos que se intersectam. Suas orientações tanto se inscrevem em princípios quantitativos, orientados pelas lógicas do tempo abstrato produzido ao longo do processo de laicização e de industrialização, como em princípios de ordem subjetiva, experiência e cultural e que não são necessariamente convertíveis nem legíveis através dos símbolos do tempo e da temporalidade abstrata.

2. Tempo e desenvolvimento: um problema de fundo

Held e Nutzinger (1998) explicam que um dos problemas centrais que o sistema de organização capitalista, assente na ideia da mercantilização do tempo, traz ao indivíduo é a separação deste face aos ritmos naturais existentes só em espaços geográficos ainda não sujeitos a intervenção científica e tecnológica. Com efeito, a questão central que se põe ao relacionar tempo, desenvolvimento e sociedade é a seguinte: como se entrosam as práticas do desenvolvimento com os tempos e a temporalidade cultural de um país ou região?

No plano dos paradigmas do desenvolvimento e da assumida confusão destes com os paradigmas do crescimento, esta questão, sendo central, não é assumida de forma direta e tornada consciente. Antes pelo contrário, e na linha de diversas abordagens recentes, que buscam a explicação da vida moderna nos

mecanismos implícitos da sociedade de consumo e no consumo, ela é mantida sob o domínio do implícito, interiorizada como normal e necessária. Mesmo nos sistemas democráticos, o tipo de temporalidade a incluir na *praxis* da intervenção é marcadamente condizente com o tempo económico capitalista: cada ação, independentemente da sua natureza, é medida e avaliada em função dos impactos futuros identificáveis e contabilizáveis no presente.

Mészáros esclarece bem o mecanismo através do qual a valorização da ideia de progresso e de crescimento inexorável permeia as ações dos sujeitos, tendo-se apresentando como única alternativa de vida:

> O carácter único do sistema do capital é manifesto no imperativo estrutural de 'crescer inexoravelmente ou perecer'. Nenhum outro sistema de reprodução sociometabólica em toda a história humana jamais teve qualquer coisa semelhante a essa determinação interna – extremamente problemática – do capital. Essa determinação estrutural também revela a completa falácia socialmente autovantajosa de deturpar a ordem reprodutiva do capital apresentando-a como *regra universal* intransponível, arbitrariamente projetada para trás, em direção ao longo passado histórico, e para frente, rumo a um futuro capitalista eternizado. Uma regra universal decretada de forma arbitrária e para a qual, conforme o lema bem conhecido dos apologistas do sistema, 'não pode haver alternativa', é claro. (Mészáros, 2000: 334)

Mészáros refere-se, em concreto, à ideia da rentabilização do tempo. À forma como o tempo se torna no elemento de "realização do capital" e como facilmente de maneira inconsciente os atores organizacionais e políticos contribuem para esse sistema. Sistema em que o tempo, muito aquém de ser revelador do Ser (como na visão de Heidegger), é unicamente, ele próprio, a condição de produção do Ser (perspetiva marxista), justamente porque permite, no seu diferencial, a realização capital. Muito mais ainda se estamos a falar de um sistema de capitalismo financeiro, que adquire materialização através da ideia do futuro, da previsão, do crédito, da dívida, do empréstimo, dos prazos.

Consideremos que nas ciências económicas o tempo é a unidade de medida do melhor ou do pior aproveitamento dos recursos, da melhor ou da pior adaptação às tecnologias do trabalho, do bom ou do mau aproveitamento das oportunidades de investimento. É ainda o tempo que contabiliza os custos no decorrer das ações, na produção da riqueza; é o tempo que mede o risco a correr na escolha entre o consumir hoje ou o poupar para amanhã.

Para Jevons (1871), um dos fundadores das abordagens neoclássicas em economia, o emprego do capital na produção introduz um intervalo de tempo que se expande do momento em que o trabalho é gasto até ao momento em que o produto é acabado, potenciando a criação do suplemento do produto. Böhm-Bawerk (1959) considerou o tempo como fator de produção e usou o que se designou por lei da preferência temporal para argumentar contra as teorias de

Marx sobre a expropriação da mais-valia pelo capitalista. Bawerk considera também que o lucro não seria nada mais do que o valor do tempo de espera associado ao uso de processos indiretos de produção. Está na importância conferida ao tempo toda a construção da teoria do capital e dos juros. A lei da preferência temporal está na base, quer das margens existentes entre os preços de venda e os custos, quer das taxas de juros do capital no sistema financeiro. Esta lei considera que os agentes económicos valorizam mais os bens presentes do que os bens futuros com características semelhantes, mantendo-se as mesmas circunstâncias. Sendo o tempo um fator escasso, o agente económico procura obter a condição mais satisfatória para ele no mínimo tempo possível. Todo o indivíduo prefere consumir hoje a guardar para amanhã. Quando o faz merece uma compensação pela espera. O juro originário é definido como a diferença entre os valores atribuídos a um mesmo bem no presente e no futuro. Quanto mais incerto o futuro, maior a taxa de juro.

Marshall (1890) considerou as variações temporais como a maior dificuldade da análise económica, ainda maior do que as variações espaciais.

O problema de fundo que se põe ao perspetivar o desenvolvimento numa ótica que permeia a introdução e o aperfeiçoamento do tempo capitalista, bem evidente nos esquemas de justificação das metodologias de avaliação, de controlo e de adequação estrita de objetivos a fins, prende-se com a sua legitimidade, primeiro face ao tempo cultural e tempo histórico de cada sociedade e, segundo, face às condições da sua sustentabilidade no futuro, ou, por outra, face aos efeitos perversos decorrentes dessa viragem ao tempo capitalista. A maior parte dos autores e, inclusivamente, dos políticos perspetivou este problema como o resultado da inadaptação, da falta de capacidades de certos povos para acompanharem certos ritmos considerados mais promissores, no plano do desenvolvimento social e humano.

Balandier expõe o problema do tempo e da disciplina do tempo (princípio de organização do tempo capitalista) como uma das manifestações etnocêntricas mais poderosas verificadas após as descobertas. O antropólogo fala do uso do tempo e das formas de organização capitalista do tempo, como um mecanismo de manutenção das lógicas imperialistas e colonialistas, pois os processos de troca entre países e continentes não se perspetivariam sobre as condições históricas e sociológicas, mas na perspetiva da pedagogização e da interiorização de princípios de orientação no tempo oriundos do mundo ocidental e do processo de industrialização, em concreto. Vários antropólogos (Gell, 2000) seguiram linhas de argumentação idênticas que, todavia, têm sido aludidas mais em relação ao relacionamento Norte-Sul do que ao relacionamento e à construção identitária das regiões, nos mesmos continentes e nos mesmos países.

Bourdieu, que estudou o tempo dos Cabilas, mostra, nos inícios dos anos sessenta do século passado, que há dificuldades de aprendizagem da economia moderna por parte desta sociedade que deriva do quadro geral de orientação

temporal. O estudo dos Cabilas, na linha de outros anteriormente realizados sobre outras sociedades, evidencia a singularidade e as condições de separação do tempo cultural, face aos restantes sistemas de tempo que se visionam ou perspetivam como mais adequados ao desenvolvimento. Entre outros traços da cultura cabila, Bourdieu elucida que se trata de contextos culturais em que a categoria ocidental de futuro a conquistar e a prever não tem lugar. Afirma o autor:

> A decisão económica não é determinada pela consideração de um fim, nem pela procura de uma justificação para a ação, mas pela necessidade de obedecer a imperativos sociais, de se conformar com regras passadas pela tradição e se seguir vias traçadas pela experiência. (Bourdieu, 1963: 27)

Neste particular, o autor mostra que se trata de uma sociedade em que há sentido de providência, definida como "normas ditadas pelo passado e pela fidelidade a certos valores" (Bourdieu, 1963: 28), mas não de previsão, uma vez que a ação é "desencadeada pelos próprios desenvolvimentos da situação e não por um plano exterior, ao qual é necessário obedecer" (Bourdieu, 1963: 29). Bourdieu explicita, de modo especial, o papel da moeda na cultura cabila, considerando que aqui a moeda não significa a realização antecipada de um valor futuro, mas a troca direta e imediata que dá acesso à satisfação de uma necessidade do presente. O autor explica:

> De todas as instituições económicas introduzidas pela colonização, o crédito é, sem dúvida, o mais difícil de estabelecer, pois ele supõe que se aja em função de um futuro o abstrato, definido por um contrato escrito que garante todo um sistema de sanções e de normas racionais; é assim que, com a noção de interesse, ela faz intervir o valor quantificável do tempo. (Bourdieu, 1963: 35)

Mais: Bourdieu considera ainda que a consciência temporal está relacionada com o *ethos* próprio de cada civilização (Bourdieu, 1963: 38), uma linha fortemente desenvolvida por Fabian (1983). Este autor discute o papel do tempo na construção das imagens e dos discursos sobre o Outro, propondo haver um forte viés, por parte dos estudos científicos que asseguram a existência de distanciamento temporal entre contextos culturais, assim como olhares críticos sobre a necessidade de aproximação entre sociedades situadas em estádios diversos de desenvolvimento, entendido como numa sequência de estádios.

Numa linha muito similar, mas alicerçada em recolha empírica, Donalson (1996: 9) argumenta ter havido má compreensão no entendimento dos sistemas de tempo na comunidade aborígene, na Austrália, tendo sido desvalorizados justamente os seus próprios esquemas e sistemas de orientação no tempo. O autor afirma que:

> Certamente, os aborígenes não acreditavam na necessidade de obediência ao relógio. Para eles, o tempo não era um tirano. Em vez disso, eles possuíam uma visão cíclica do tempo, e um conhecimento histórico muito bem estruturado que os brancos vigorosamente tentaram expurgar. (1996: 9)

O facto de se acreditar que o modelo de tempo mecânico, pelo qual o futuro ganha a consistência concreta de um horizonte para o qual a ação humana deverá alinhar-se, é o modelo mais adaptado à extensão do modelo capitalista de organização económica consistiu, por si só, numa questão central na análise das relações entre tempo cultural e tempo económico, desde logo porque este último, ao ser confundido com o tempo capitalista, se revela como o quadro temporal referencial, em relação ao qual todos os outros tempos se devem conformar. Diríamos que o caminho desta imitação saiu vencedor de todos os debates ideológicos até hoje. Tal manifesta-se na forma como, inclusivamente, os países de economias mais socialistas adotaram aquele modelo de organização disciplinar, embora sob condições, particularmente ideológicas, distintas (o caso mais recente é o da China, mas temos vários outros). Na base deste pressuposto, de necessária mudança e reconversão do tempo e dos tempos culturais aos tempos capitalistas, está a própria narrativa de construção do tempo mecânico, a partir do progressivo distanciamento face aos tempos e às temporalidades naturais que, não só ficam de fora da implementação do tempo mecânico, como surgem sob o domínio e controlo progressivo deste.

3. O tempo capitalista e o desenvolvimento

Tal como documenta Debouzy (1979), o tempo de tipo predominantemente agrícola estava igualmente marcado nas sociedades ocidentais pela temporalidade religiosa sincrética em relação à ciclicidade dos fenómenos naturais, verdadeiros marcadores dos ritmos sociais. O "tempo cultural" acabaria por ser identificável com o conjunto dos "símbolos significantes" exalados da natureza e que orientavam e determinavam os ritmos de ação dos indivíduos, nas várias esferas da sua vida. O nascer ou o pôr do sol, com o vento, a chuva, ou ausência dela, o frio ou o calor estariam ligados de forma síncrona com acontecimentos como o nascer e o morrer, a fome e/ou a fartura. De certo modo, numa temporalidade tipicamente regulada pelo ritmo natural, o tempo cultural, mantendo-se ligado à atividade económica e ao tempo económico, desprende-se deste e transcende-o, unindo-se à efervescência da temporalidade religiosa:

> Os homens ainda eram incapazes de exercer algum controlo sobre o passar do tempo. Eram, acima de tudo, os ritmos naturais e culturais do dia e da noite, das semanas, meses e estações, o tempo local do sol, etc., que condicionavam os eventos. (Held e Nutzinger, 1998: 219 e ss)

Portanto, várias outras sociedades permaneceram ao longo do tempo histórico com sistemas diversos de orientação temporal que em nada se relacionam com o sistema abstrato criado pela sociedade industrial, sob a ótica da dominação da Razão e da Ciência e reproduzido através dos princípios éticos do trabalho com esforço e sacrifício do presente, em benefício do futuro desejado. As imagens dos europeus ao chegar às terras "descobertas" exemplificam bem os desígnios do mundo ocidental, relativamente à aculturação desses povos, no sentido da interiorização dos princípios da disciplina temporal, buscando afirmar-se na superioridade face ao tempo do Outro, o tempo que se rege por regras distintas. Recordemos a passagem em que Bourdieu se refere explicitamente aos Cabilas, como povo que não revela o culto do tempo mecânico.

Ele afirma:

> A aprendizagem cultural e a pressão coletiva tendem a desencorajar tudo o que, nas nossas sociedades, é encorajado, espírito de empresa, vontade de inovar, fontes de rendimento e de produtividade e assim por aí diante. O sentimento profundo de dependência em relação à natureza de onde derivam os ritmos conduz a uma submissão em relação à duração, a uma indiferença em relação ao tempo que passa e que ninguém pensa em dominar, rentabilizar ou economizar. (Bourdieu, 1963: 39)

A associação entre tempo capitalista e desenvolvimento é de tal forma saliente que os tempos e as temporalidades das diversas sociedades foram objeto de vários tipos de modelos de organização temporal, todos estes basicamente assentes na ideia de progresso, das vantagens e da inevitabilidade de planeamento estratégico e valência da Razão e da Ciência, como princípios orientadores básicos do esquema desenvolvimentista. Tal como frisam vários autores, nem estes modelos de organização racional do tempo, nem os esquemas de desenvolvimento que os acompanham se estenderam a todas as sociedades, nem a todos os locais e regiões destas da mesma forma. Como se evidenciou acima, permanecemos com sociedades cujos princípios de orientação temporal permanecem basicamente ligados aos ritmos naturais e aos ritmos culturais que as caracterizam.

Os estudos diversos realizados no âmbito da Antropologia mostraram que, apesar de se admitir o carácter universal do tempo, como eixo englobante dos eventos e das sequências localmente circunscritas, cada contexto social e cultural é capaz de produzir as suas próprias normas temporais, cadências e ritmos que integram as biografias da sociedade, mas também os processos de crescimento individual.

Gell (2000) detalha muito bem estas ideias, ao frisar que o tempo mecânico ocidental é apenas um dos tipos de tempo existentes no meio de uma panóplia muito extensa de modos de entendimento, experiência e regulação do tempo existentes nos agregados humanos. A ideia fica mais clara nos estudos de

antropólogos como Evans-Pritchard, Malinoswki e mesmo Bourdieu, que, ao estudarem de forma aprofundada certas sociedades, mostraram como se gera a categoria do tempo e como esta interage com os modos de vida social e política concretos nessas mesmas sociedades (Bergmann, 1992). Estes estudos não só demonstram haver vários regimes de tempo, como diversos valores e funcionalidades a ele atribuídas, conforme os contextos culturais e políticos – embora esta dimensão do poder não apareça claramente explicitada pela maior parte dos autores.

Existem várias descrições de sociedades onde o tempo é basicamente medido através de eventos naturais (de carácter astronómico, meteorológico ou relacionado com o ciclo agrícola) e/ou de eventos sociais e rituais (Gell, 2000). Os antropólogos citados, como mostra Gell (2000), destacaram, designadamente, a importância da natureza (e dos ciclos naturais) do evento para a estruturação do conceito e da representação do tempo em várias sociedades. Por exemplo, eventos especiais para a comunidade (como rituais, colheitas, nascimento, morte, entre outros) apresentam-se como pontos de referência temporal, isto é, como mecanismos de marcação do tempo (dos períodos "antes" e "depois"). Hubert e Mauss (1905) refletem, fundamentalmente, sobre o tempo sagrado e o religioso, considerando que os calendários, e toda a panóplia de instrumentos de medição do tempo, apenas revelam o carácter semiconcreto deste.

De qualquer forma, as sociedades, sob o paradigma da globalização e da necessária réplica do tempo capitalista, não escapam à classificação evolucionista que as localizam em estádios menos avançados, mais atrasados e distantes das "metas" desse desenvolvimento, por vezes equiparado ao crescimento económico capitalista. Realisticamente, pode afirmar-se ter-se instituído, a nível planetário e mundial, o princípio da necessidade de regulação temporal operado pelo modelo do tempo e da temporalidade capitalista: a globalização, quando usada como motivo da mudança e referencial da mudança, qualquer que esta seja, tem implícita esta normatividade sobre a necessidade de conformação a um certo tipo de hegemonia do tempo e da temporalidade que vigoram ao nível das relações entre sistemas, no mundo. Tal como os teóricos do espaço-tempo frisaram, a globalização é a principal força destiladora das temporalidades uniformes e estandardizadas, uma vez que se assume ficarem as diversas sociedades em situação de interdependência. São estes argumentos que se insurgem hoje em relação à necessidade de as sociedades africanas, por exemplo, entrarem na rota da circulação do capital ao nível mundial, iniciando o processo no sentido da instituição dos quadros de representação e de perceção do tempo vantajosos à formação do *ethos* capitalista. O mesmo acontece no interior dos países ocidentais cujas regiões se veem nas mesmas circunstâncias de adaptação aos ritmos da competitividade mundial.

A história dos processos de desenvolvimento dos países ocidentais coincide com marcos de inovação tecnológica bem visíveis, onde os três fatores – homem,

recursos naturais e tecnologia – são sistemas interatuantes. Cada tecnologia será o produto de um contexto que o absorve. Ainda que haja os distúrbios próprios do aparecimento de uma inovação, o que exige mudança no sistema, a capacidade de gestão das turbulências inerentes ao processo de mudança também estará presente para a sua difusão. Cada vez mais os economistas afirmam que a sistemática invenção nos países desenvolvidos é resultante dos esforços prementes para colmatar falhas tecnológicas. Isso quer dizer que a invenção nasce de uma necessidade inerente à dinâmica da interação dos três sistemas acima referidos. Cada tecnologia é parte integrante de um contexto social.

> Mas 'tecnologia' já não é mais uma invenção social isolada diferente da 'lei' ou 'administração' ou 'investimento'. Há milhares de tecnologias, cada uma parte de um mosaico de invenções e incluído num conjunto social específico pertencente a um grupo particular de pessoas tentando aproveitar-se de um dado padrão de recursos. (Gurr, 1962: 15 e ss)

Séculos foram necessários para que o tempo da tecnologia dos relógios e dos calendários acabasse por permear todas as atividades económicas dominantes das sociedades ocidentais. Do século XII ao XIV, a burguesia mercantil foi ganhando sucessivos privilégios na Europa feudal, nomeadamente no norte da Itália e na Flandres (North, 1995). A monetarização da economia alarga-se ao mundo rural e o processo de acumulação acelera-se a partir daí. Já no século XIV, a burguesia passa a exercer uma nova atividade, a financeira, que se desenvolve plenamente na Banca em pleno século XV. Os empreendimentos além-mar, com os descobrimentos, garantem novos mercados e fontes de riqueza. A nova fase do capitalismo resulta numa aceleração ainda maior da acumulação do capital.

No entanto, o ritmo imprimido pela acumulação acelerada do capital tem sido objeto de observação de vários cientistas do ambiente que vêm chamando a atenção para o aquecimento global, como uma das consequências da produção 'sem parar' (*non stop*) das sociedades capitalistas (Held e Nutzinger, 1998).

A exaustão dos recursos naturais, a poluição da atmosfera e as guerras são fenómenos profundamente ligados a uma cultura de aceleração do uso do tempo com total menosprezo pelo tempo necessário para a reflexão sobre a aprendizagem do passado. As gerações novas nada têm a aprender com os erros das gerações anteriores. Por isso, recorremos a Pomian, que acentua a relevância do passado sobre o próprio futuro:

> Hoje, contudo, mesmo quando programamos grandes investimentos rentáveis só a longo prazo, temos de nos preocupar com o passado, quanto mais não seja porque temos de salvaguardar o ambiente, o que nada mais é do que o passado materializado. (Pomian, 2009: 8)

Com uma certa perplexidade, não há dúvida, observa-se que em várias regiões do mundo, como em África, a expansão capitalista está a exigir um salto temporal sem intervalo. Não há tempo para experimentar. A praxis desenvolvimentista assenta, a este respeito, no lema da necessidade de aproveitar a oportunidade do lucro, custe o que custar. Neste mapa que assinala a instalação da temporalidade capitalista, a globalização dirige-se para a "etnificação" dos territórios em vez da edificação de nações unidas pela história e por um percurso histórico comum. A eliminação dos compassos de espera e o elevado menosprezo pelo tempo cultural condizem com a falta de atenção ao tempo-memória e às condições temporais para a construção e expansão de uma narrativa histórica e identitária. Ausência que se mantém como uma das fontes de ruturas temporais constantes nos modos de relacionamento violento interétnico. A pergunta profundamente temporal que se pode fazer é esta: que sustentabilidade é possível, mesmo ao nível étnico, quando os mecanismos de edificação de identidade se vão estiolando no decurso do desaparecimento das gerações mais velhas?

Conclusão: Para uma sociologia do futuro

Ao definir tempo e temporalidade, Mead (1954/1932) argumenta que os ritmos (e o tempo) residem na "socialidade" entre os vários componentes do sistema e que a "socialidade" sai do mero âmbito da intersubjetividade humana, focaliza-se nas relações "implicativas" ao nível do universo, da continuidade e da mudança, da ordem e da revolução no mundo social *e* natural. Esta conceção de tempo sugere que nem o processo de industrialização, nem a progressiva introdução de tecnologias de várias espécies na substituição e na colonização dos tempos naturais eliminam a profunda convivência entre os dois sistemas de tempo. É certo, como propõe Adam (1990), que a ação humana e histórica se autodefine pela capacidade de domínio face aos ritmos naturais. Todavia, há cada vez mais evidências sobre a rutura e a vulnerabilidade desta forma de submissão. Quando os planos e os processos de desenvolvimento são projetados na ótica da rentabilidade do tempo e perspetivados na ótica do tempo do capital, é muito frequente que as temporalidades regionais e locais, assim como os tempos culturais, sejam objeto de mudança externa, propondo a concretização de objetivos também externamente determinados. A relação entre tempo cultural e desenvolvimento propõe novas formas de gerir e gerar identidades locais com potencial de fixação das populações e com capacidade distintiva face às temporalidades hegemónicas e aceleradas que se manifestam nas zonas mais centrais, consideradas mais adaptadas e sinalizadoras das temporalidades globalmente assinaladas e avaliadas. Algumas das afirmações destes estilos em contratempo dominante manifestam-se na valorização dos objetos, traços e narrativas locais e na construção de modos de vida àquela associados, por exemplo, na definição

de modelos de habitação e de trabalho (trabalho em casa) e modelos de gestão do tempo diário que excluem o transporte automóvel, os centros comerciais e outros símbolos da temporalidade capitalista.

A "Civilização Tecnológica", como Jonas lhe chama, é uma civilização poderosa, mas que tem obrigatoriamente de respeitar a natureza, assim como os tempos culturais àquela associada. Jonas não nega a importância da técnica, mas afirma que "vivemos com a técnica, mas não da técnica". A mesma ideia é expressa na obra de Castells, quando este afirma que a tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a; mas a sociedade também não determina a inovação tecnológica: utiliza-a. Tais afirmações assinalam a pertinência de tomar o futuro como objeto de análise, avançando com o pressuposto de que este não é um efeito ou decorrência linear do presente, mas está a construir-se diretamente no presente e sobre o presente, o que corresponde a assumir o conceito e a praxis da sustentabilidade. Mais uma vez citamos Jonas, o qual propõe que "no futuro haja Homem e exista Terra" e para isso possam as populações agir "de tal maneira que os efeitos da [nossa] ação sejam compatíveis com a permanência da vida humana genuína".

Afirmam Held e Nutzinger que:

> Se conduzirmos as nossas vidas não tanto pela pressão em tornar eficiente cada minuto, mas antes em viver em harmonia com os ritmos da natureza interior e exterior, não seremos tão dependentes dos negócios como forma de superar a morte, o fim de toda a vida. (Held e Nutzinger, 1998)

O desenvolvimento é um processo a longo prazo. Ele permeia a sociedade inteira. A acumulação económica só é motriz de desenvolvimento quando contribui para que a sociedade, como um todo, ganhe uma dinâmica ascendente nos níveis de qualidade de vida da população. Implica mudanças estruturais profundas. Leva tempo, e este tempo não é equivalente a moeda, ou meramente a valor, na linguagem de grande parte da economia moderna, governada pela especulação financeira.

Referências

ADAM, Barbara (1990), *Time and Social Theory*. Oxford, Polity Press.

BERGMANN, Werner (1992), "The problem of time in sociology: an overview of the literature on state", *Time and Society*, 1: 81-134.

BÖHM-BAWERK (1959, vol. 2), *Positive Theory of Capital*. Libertarian Press, South Holland.

BOURDIEU, Pierre (1963), «La société traditionnelle: attitude à l'égard du temps et conduite économique», *Revue Sociologie du travail*, 1: 25-45.

CASTELLS, M. (1997/1996), *The Rise of the Network Society*. Oxford, Blackwell.

DEBOUZY, M. (1979, «Aspects du temps industriel aux États-Unis au début du XIX siècle», *Cahiers Internationaux de sociologie*, 57: 197-220.

DONALSON, Mark (1996), "The End of Time? Aboriginal Temporality and the British Invasion of Australia", *Time and Society*, 5(2): 187-207.

ESTÊVÃO, João, (2004), "Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: Papel do Estado", *WP DE/CESA*.

FABIAN, Johannes (1983), *Time and the Other: How Anthropology makes its object*. Nova Iorque, Columbia University Press.

GELL, Alfred (2000), "Time and Anthropology. Time in contemporary intellectual thought", *in* Patrick Baert. (ed). Amesterdão, Elsevier**:** 251-268.

GIDDENS, Anthony (1995), *Contemporary Critic of Historical Materialism*. Londres, Macmillan Press.

GURR, Ted (1962), "Economic Development: Of Time and Technological Transfer", *American Behavioral Scientist,* 5: 15-16.

GRUCHY, Allan (1987), *The Reconstruction of Economics: An Analysis of the Fundamentals of Institutional Economics*, Nova Iorque, Greenwood.

HELD; Martin e NUTZINGER, Hans (1998), "The Nonstop Society Nonstop Acceleration: The Economic Logic of Development towards the nonstop society", *Time Society,* 7 (2): 209-221.

HEYDEBRAND, W. (2003), "The time Dimension in Marxian social Theory", *Time & Society* , 12: 147-188.

HUBERT, H. M.; AUSS, Marcel (1905). *Mélanges d'histoire des religions: «Étude sommaire de la représentation du temps dans la religion et magie»*. [*Online*] Disponível em: http://tinyurl.com/k383wg2 [consultado em 20 de janeiro de 2007]

JEVONS, W. Stanley (1983), *A teoria da economia política*. Abril Cultural.

JONAS, Hans (2006), O *Princípio Responsabilidade*, Rio de Janeiro: Contraponto.

MARSHALL, Alfred (1890/1920), *Principles of Economics,* Londres: Macmillan.

MARX, Karl (1983) *O capital – Crítica da economia política*. Abril Cultural: vol. 1, tomo I.

MEAD, G. Herbert. (1932), *The Philosophy of the Present,* Illinois, Open Court Publishing Company.

MÉSZÁROS, István (2007), *O desafio e o fardo do tempo histórico*, São Paulo, Boitempo.

POMIAN, Krisztof (2009), "European Identity: Historical Fact and Political Problem". Transit 37-EUROZINE.

RODRICK, Dani (s/d), "Depois do neoliberalismo, o quê?", in A. C. Castro (org.), *Desenvolvimento em Debate: Novos rumos do desenvolvimento no mundo*, Rio de Janeiro, Mauad/BNDES: 277-298. [*Online*] Disponível em: http://tinyurl.com/nk9vars [consultado em 25 de março de 2013]